

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.898 - RS (2019/0326147-5)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
RECORRENTE : ANDERSON DE CASTRO RODRIGUES (PRESO)
ADVOGADO : MARCELO DOS SANTOS MELO - RS106723
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus**, com pedido liminar, interposto por ANDERSON DE CASTRO RODRIGUES, contra v. acórdão proferido eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**.

Depreende-se dos autos que o ora recorrente encontra-se preso preventivamente, tendo sido denunciado pela prática, **em tese**, dos delitos de tráfico de drogas, associação para o tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, sob a alegação de constrangimento ilegal decorrente da ausência de fundamentos da decisão, bem como do excesso de prazo na formação da culpa. O eg. Tribunal de origem denegou a ordem em v. acórdão com a seguinte ementa:

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO E DE MUNIÇÕES. PRISÃO PREVENTIVA. LEGALIDADE DA PRISÃO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. QUESTÕES JÁ ENFRENTADAS. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA.

Trazendo a impetração reiteração de fundamento contido em habeas corpus anteriormente julgado por esta Câmara, resta conhecido o writ apenas na parte em que não alcançado portal decisão.

Mostra-se inaceitável a extrapolação dos prazos processuais, se decorrente de inércia ou negligência do juízo, devidamente demonstradas na impetração, o que não ocorre no caso vertente em que a relativa dilação decorreu da não apresentação de preso pela SUSEPE à audiência de instrução, e não resultou da atuação da autoridade inquinada de coatora.

ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESTA EXTENSÃO, DENEGADA" (fl. 320).

Daí o presente **recurso ordinário**, no qual alega o recorrente flagrante ilegalidade decorrente da ausência de fundamentos idôneos a autorizar a prisão preventiva, cuja decisão está lastreada na gravidade em abstrata dos fatos imputados, bem como no excesso de prazo da segregação cautelar, porquanto está preso desde o dia **03/03/2019**, sem conclusão da instrução criminal, o que caracteriza constrangimento ilegal. Destaca, ainda, seus predicados pessoais.

Afirma que: *"há existência de fatos novos que motivaram a impetração do writ, consistentes na quebra infrutífera do sigilo telefônico dos celulares apreendidos (fls. 269 e 270 dos autos do Habeas Corpus) e das declarações da testemunha arrolada pela defesa, Andréia Teresinha, dando conta de que, no dia dos fatos, o Recorrente havia acabado de chegar ao casebre onde ocorreu a prisão. Declaração essa que se corrobora com o depoimento do Recorrente, no sentido de que estava no local apenas para consumir cocaína (fls. 275-279 dos autos do Habeas Corpus). E, com efeito, vale destacar: nada foi encontrado na posse do Recorrente quando da prisão" (fl. 338).*

Requer, ao final, a revogação da segregação cautelar.

Liminar indeferida, às fls. 370-371.

Informações prestadas, às fls. 375-378.

O Ministério Público Federal, às fls. 382-388, manifestou-se pelo desprovisionamento do recurso, em parecer com a seguinte ementa, **verbis**:

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO. AÇÃO DESENVOLVIDA DE FORMA REGULAR. AUSÊNCIA DE DESÍDIA OU INÉRCIA DA AUTORIDADE JUDICIÁRIA. SEGREGAÇÃO NECESSÁRIA PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PARECER PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO" (fl. 382).

É o relatório.

Decido.

Pretende o recorrente, **em síntese**, por meio do presente recurso ordinário, o reconhecimento do constrangimento ilegal decorrente da ausência de fundamentação da r. decisão de primeira instância que decretou sua prisão preventiva, bem como do excesso de prazo para formação da culpa.

Inicialmente, deve-se consignar que a prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, **ex vi** do artigo 312 do Código de Processo Penal.

A prisão preventiva, portanto, enquanto medida de natureza cautelar, não pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do indiciado ou do réu, nem permite complementação de sua fundamentação pelas instâncias superiores (**v.g. HC n. 93.498/MS, Segunda Turma**, Rel. Min. **Celso de Mello**, DJe de 18/10/2012).

Nesse sentido é a sedimentada jurisprudência desta Corte Superior: AgRg no RHC n. 47.220/MG, **Quinta Turma**, Rel.^a Min.^a **Regina Helena Costa**, DJe de 29/8/2014; RHC n. 36.642/RJ, **Sexta Turma**, Rel.^a Min.^a **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 29/8/2014; HC n. 296.276/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Marco Aurélio Bellizze**, DJe de 27/8/2014; RHC n. 48.014/MG.

Tal advertência, contudo, não se aplica ao caso em exame.

No tocante ao pleito de revogação da prisão preventiva, ante a alegada **ausência de fundamentação da r. decisão de primeiro grau**, o presente recurso não comporta conhecimento.

Isso porque, do exame do v. acórdão reprochado, tem-se que o **writ** originário não foi conhecido, **no ponto**, haja vista se tratar de mera reiteração de pedido já analisado pelo eg. Tribunal de origem em outro **habeas corpus** naquela

Corte impetrado.

No ponto, cumpre transcrever trecho do v. acórdão reprochado, **verbis**:

"Anoto que a impetração vai conhecida apenas no que diz respeito à alegação de excesso de prazo na formação da culpa, pois a legalidade e a necessidade da prisão para garantia da ordem pública foram analisadas por essa Primeira Câmara Criminal quando do julgamento do similar n. 70080807605, ocorrido na sessão do dia 27 de março último, tendo sido denegada a ordem, por unanimidade" (fl. 322).

Portanto, a matéria ora suscitada – ausência/inidoneidade de fundamentação da r. decisão que decretou a prisão preventiva - sequer fora analisada pelo o eg. Tribunal **a quo**, nos autos do HC n. 0245288-16.2019.821.7000, objeto do presente recurso, de maneira que sua análise diretamente por esta Corte fica impossibilitada, sob pena de **indevida supressão de instância**.

Nesse sentido:

"HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO CABÍVEL. IMPOSSIBILIDADE. HOMICÍDIO QUALIFICADO. MOTIVO TORPE. EMPREGO DE VENENO. CONTRA MENOR DE 14 ANOS. PRISÃO PREVENTIVA. FRAGILIDADE DE PROVAS. MATÉRIA NÃO APRECIADA NO ACÓRDÃO COMBATIDO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CONSTRIÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. COMPROMETIMENTO DAS PROVAS. CUSTÓDIA FUNDAMENTADA E NECESSÁRIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO EVIDENCIADA. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. O Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir o manejo do habeas corpus originário em substituição ao recurso ordinário cabível, entendimento que foi aqui adotado, ressalvados os casos de flagrante ilegalidade, quando a ordem poderá ser concedida de ofício.

2. Inviável a apreciação, diretamente por esta Corte Superior de Justiça, da aventada fragilidade de provas, sob pena de incidir-se em indevida supressão de instância, tendo em vista que tal matéria não foi analisada no aresto combatido.

[...]

6. *Habeas corpus não conhecido*" (HC 455.036/MG, Quinta Turma, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe 19/12/2018).

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. SUBSTITUIÇÃO POR CAUTELARES MENOS GRAVOSAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. EXCESSO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DO FEITO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. ORDEM DENEGADA.

[...]

4. *A questão atinente ao excesso de prazo para o encerramento do feito não foi apreciada no acórdão impugnado, o que obsta o conhecimento do tema diretamente por esta Corte Superior, pois configura indevida supressão de instância. Além disso, a própria defesa informou que foi intimada para oferecimento de alegações finais, circunstância a demonstrar que a prolação de sentença está próxima.*

5. *Ordem denegada*" (HC 438.158/PE, Sexta Turma, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, DJe 04/02/2019, grifei).

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR FUNDAMENTADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDADO RECEIO DE REITERAÇÃO DELITIVA. NEGATIVA DE INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE PELA VIA ELEITA. REVOLVIMENTO FÁTICO PROBATÓRIO. ALEGADA AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. MATÉRIA NÃO ANALISADA NAS INSTÂNCIAS PRECEDENTES. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - Na hipótese, verifica-se que o r. decisum que decretou a prisão preventiva do ora recorrente encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam a necessidade de garantia da ordem pública, notadamente pelo fato de que "os denunciados apresentam diversos registros judiciais por delitos de mesma natureza, o que denota reiteração delitiva". Dessarte, a prisão cautelar imposta ao recorrente se justifica como garantia da ordem pública, em virtude do fundado receio de reiteração delitiva, consubstanciado em sua habitualidade em condutas delitivas.

II - "A aferição da existência de indícios de autoria e materialidade delitiva demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com a angusta via do writ, devendo ser a questão dirimida no trâmite da instrução criminal" (HC n. 363.791/MG, Sexta Turma, Rel.^a Min.^a Maria Thereza de Assis Moura, julgado em 20/9/2016, DJe de 30/9/2016).

III - Não analisada nas instâncias ordinárias a questão atinente à ausência de contemporaneidade da segregação cautelar, não cabe a este Tribunal Superior examinar o tema, sob pena de indevida supressão de instância.

Agravo regimental desprovido" (AgRg no RHC 104.230/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Felix Fischer, DJe 19/12/2018).

"PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. TRÁFICO DE DROGAS. REQUISITOS DA CUSTÓDIA CAUTELAR. TEMA NÃO ANALISADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. EXCESSO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. HABEAS CORPUS DENEGADO.

1. A matéria relativa aos fundamentos da prisão preventiva não foi objeto de análise do Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

2. Sabe-se que os prazos fixados na legislação para a prática de atos processuais servem apenas de parâmetro, não podendo deduzir o excesso apenas pela sua soma aritmética.

3. Na espécie, o andamento do recurso encontra-se compatível, embora tenha havido certa demora na notificação do paciente e na apresentação de defesa preliminar, o qual já se encontra com audiência designada para data próxima, não se tributando, pois, aos órgãos estatais indevida letargia.

4. Ainda que o paciente esteja preso desde 11/10/2016, verifica-se que, no momento, a custódia cautelar não se revela desproporcional, tendo em vista a pena em abstrato do delito a ele imputado na denúncia. 5. Habeas corpus denegado, porém com a recomendação de celeridade no julgamento da ação penal n. 0001521-09.2016.8.17.0280/PE." (HC 466.721/PE, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe 04/02/2019, grifei).

Outrossim, com relação à supressão de instância, esta deve ser

estendida, ainda, para a asserção do ora Recorrente no ponto, em que se afirma que: "[...]há existência de fatos novos que motivaram a impetração do writ[...], vez que sobre tal tese também não se manifestou a eg. Corte de origem, ficando esta Corte Superior impedida de examinar a matéria.

Por fim, quanto **a alegação de excesso de prazo para a formação da culpa**, verifica-se que melhor sorte não socorre ao recorrente.

Registro, por oportuno, que o término da instrução processual não possui características de fatalidade e de improrrogabilidade, não se ponderando mera soma aritmética de tempo para os atos processuais.

A propósito, esta Corte, firmou jurisprudência no sentido de se considerar o **juízo de razoabilidade** para eventual constatação de constrangimento ilegal ao direito de locomoção decorrente de excesso de prazo, levando-se em consideração a quantidade de delitos, a pluralidade de réus, bem como a quantidade de advogados e defensores envolvidos. Sobre o tema:

"HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO CABÍVEL. IMPOSSIBILIDADE. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO CONFIGURAÇÃO. PARTICULARIDADES DA CAUSA. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DA AUTORIDADE JUDICIÁRIA. SÚMULA N. 52/STJ. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. O Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir o manejo do habeas corpus originário em substituição ao recurso ordinário cabível, entendimento que foi adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, ressalvados os casos de flagrante ilegalidade, quando a ordem poderá ser concedida de ofício.

2. Os prazos indicados na legislação pátria para finalização dos atos processuais servem apenas como parâmetro geral, não se podendo deduzir o excesso tão somente pela sua soma aritmética, admitindo-se, em homenagem ao princípio da razoabilidade, certa variação, de acordo com as peculiaridades de cada processo, devendo o constrangimento ser reconhecido como ilegal somente quando o retardo ou a delonga sejam injustificados e possam ser atribuídos ao Judiciário.

3. No caso, observa-se que a prisão do acusado ocorreu em 3/5/2017, convertida em preventiva no dia seguinte. A

denúncia foi recebida em 10/12/2017, com designação da audiência de instrução e julgamento para 4/4/2018, ocasião em que houve determinação de abertura de vistas às partes para apresentação de alegações finais assim que juntados aos autos o laudo definitivo de constatação da natureza e quantidade da droga. Além do mais, de consulta realizada no endereço eletrônico do Tribunal estadual constatou-se que, em 5/2/2019, foram juntados documentos, tudo a indicar a proximidade do término do processo.

4. Além disso, importa ressaltar que, consoante consignado no acórdão objurgado, o feito está na fase do art. 402 do Código de Processo Penal, o que demonstra que, de fato, houve o fim da instrução, o que faz incidir na hipótese a Súmula n. 52 deste Superior Tribunal de Justiça.

5. Habeas corpus não conhecido" (HC 483.016/PE, Quinta Turma, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe 12/03/2019, grifei).

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA. QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS NÃO DETERMINANTES. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. DESÍDIA ESTATAL NÃO CARACTERIZADA. RECURSO DESPROVIDO.

1. O art. 312 do Código de Processo Penal apresenta como pressupostos da prisão preventiva o *periculum libertatis* e o *fumus commissi delicti*, este caracterizado pela prova da existência do crime e indício suficiente de autoria; aquele representado pela garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal.

2. É válido o encarceramento provisório decretado para o resguardo da ordem pública, em razão da gravidade in concreto do fato delituoso, cifrada na quantidade de entorpecente apreendido - 844, 4kg de maconha. Precedentes do STJ.

3. A presença de condições pessoais favoráveis do agente, como primariedade, domicílio certo e emprego lícito, não representa óbice, por si só, à decretação da prisão preventiva, quando identificados os requisitos legais da cautela. Precedentes do STJ.

4. A complexidade da causa, o concurso de pessoas, a intensa movimentação processual e o conflito de competência suscitado pela Defesa são indicativos de que a marcha processual, embora superados os prazos legais, seja razoável à

espécie.

5. A análise do excesso de prazo na instrução criminal deve ser realizada segundo as peculiaridades do caso concreto, à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e não pela simples soma aritmética.

6. *Recurso ordinário desprovido*" (RHC 102.760/MS, **Sexta Turma**, Rel^a. Min^a. **Laurita Vaz**, DJe 11/03/2019, grifei).

Colhe-se do v. acórdão vergastado, no que pertine ao trâmite da ação penal originária, **verbis**:

"[...]

De outra parte, o constrangimento ilegal como decorrência de excesso de prazo na formação da culpa constitui antiga criação pretoriana que, preteritamente, contemplava mera soma de prazos processuais.

Todavia, justamente por resultar de tal criação, com o passar do tempo, constatando-se não ser razoável a desconsideração de circunstâncias peculiares a cada processo, passou a jurisprudência a se orientar no sentido de que a determinação de eventual excesso não decorre de mera operação aritmética, devendo levar em conta fatores outros, tendo-se como inaceitável a extrapolação dos prazos, se decorrente de inércia ou negligência do juízo, não se podendo ter por abusiva, se justificada por razões outras, como complexidade da causa e atuação das partes.

Posta a questão, ao contrário do sustentado, não se verifica o alegado constrangimento ilegal, o que inclusive é admitido pelo impetrante, pois esse afirma que o fundamento do pedido de liberdade não decorria de culpa do Judiciário, nem do Ministério Público" (fl. 02 da petição).

Ora, revelam as movimentações processuais do feito originário, acessíveis no portal eletrônico desta Corte de Justiça, que, decretada a prisão preventiva do paciente em 03 de março do ano corrente, foi recebida a denúncia em 24 de abril, sendo que, citado o acusado e respondida a acusação, foi designada audiência de instrução para o último dia 04, solenidade frustrada diante da não apresentação do paciente pela SUSEPE.

E essa intercorrência, como posto pelo próprio impetrante, embora não seja atribuível à defesa ou ao paciente, igualmente não decorre da atuação da autoridade inquinada de coatora, caracterizando evento imprevisto e não imputável ao Poder Judiciário ou ao Ministério Público.

Aqui, em face do alegado, destaca-se que a Superintendência de Serviços Penitenciários não é órgão do Judiciário, vinculando-se, em verdade, à Secretaria da Segurança Pública, sendo que avulta da Lei nº 5.745/1968, que dispõe sobre a sua estrutura e atividade, que essa é diretamente subordinada ao Secretário do Interior e Justiça e que o seu funcionamento é regulamentado pelo Chefe do Poder Executivo, poder esse a que pertence.

Superior Tribunal de Justiça

Por isso que não se verifica excesso de prazo, mormente porque o magistrado, dois dias após a oitiva das testemunhas acusatórias ser frustrada pela não apresentação do preso, designou nova data para a realização do ato - a saber, 11 de novembro do ano corrente" (fl. 322-324, grifei).

Posteriormente o Juízo primevo prestou os seguintes esclarecimentos, **in verbis**:

"O paciente foi preso em flagrante em 03.03.2019, sendo a prisão em flagrante homologada e convertida em preventiva na data de 04.03.2019.

Remetido o Inquérito Policial em 05.04.2019, a denúncia foi oferecida em 23.04.2019.

Recebida a denúncia em 25.04.2019, determinou-se a citação do acusado, o que foi cumprido em 25.05.2019.

Resposta à acusação apresentada pela defesa em 27.05.2019.

Foi realizada uma audiência de instrução (em 04.09.2019), a qual restou frustada em razão da não condução dos réus pela SUSEPE. Em que pese presentes todas as testemunhas de acusação (três policiais militares), a defesa não concordou com a realização da solenidade sem a presença dos acusados.

Em 18.03.2019, 06.08.2019 e 04.09.2019, este juízo apreciou pedidos de liberdade provisória formulados pela defesa, indeferindo-os como forma de acautelar a ordem pública. Isso porque (a) presentes suficientes indícios de autoria e materialidade delitiva; (b) do que se extrai do auto de prisão em flagrante, os policiais militares receberam informação de que o local estaria sendo usado como depósito de drogas. Quando lá chegaram, encontraram, em tese, o acusado, o corréu, um revólver calibre .32 municiado com cinco cartuchos, a quantia de R\$ 7.224,00 em dinheiro, duas balanças de precisão, 10 cartuchos de calibre 762 intactos, 17 cartuchos de calibre 762 de festim, aproximadamente 4,55kg de maconha na forma de 1.300 porções, dois tijolos de maconha pesando aproximadamente 881g e cocaína, acondicionada em 950 pinos plásticos, pesando aproximadamente 1,615kg e 118g da mesma substância na forma de porções sob tamanhos diversos;

(c) as condições pessoais favoráveis não têm o condão de tornar desnecessária a prisão preventiva quando presentes os requisitos da segregação cautelar; (d) as medidas cautelares diversas não são suficientes ou eficazes; e (e) o delito imputado ao paciente possui apenamento máximo superior a 04 anos, o que autoriza o decreto da preventiva" (fls. 376-377).

Da leitura dos trechos acima transcritos, não se verifica excesso de prazo exacerbado a ponto de caracterizar o constrangimento ilegal suscitado pela

Defesa, mormente tendo em vista as peculiaridades causa que envolve pluralidade de delitos.

No ponto, observa-se a regular atuação da instância ordinária, pois tendo sido imposta a segregação cautelar ao Paciente em 04/03/2019, a denúncia foi recebida em 25/04/2019; citado o ora Paciente, foi designada audiência de instrução para o dia 04/09/2019, a qual restou frustrada em razão da não condução do preso pela SUSEPE, sendo que a Defesa teria se manifestado contrariamente a realização do ato sem a presença "*dos acusados*". Nesse ponto, acerca da irresignação da Defesa, asseverou o eg. Tribunal de origem no v. acórdão "*ao contrário do sustentado, não se verifica o alegado constrangimento ilegal, o que inclusive é admitido pelo impetrante, pois esse afirma que o fundamento do pedido de liberdade não decorria de culpa do Judiciário, nem do Ministério Público*".

Assim, faz-se necessário asseverar que o feito estaria seguindo seu trâmite regular, não se tendo qualquer notícia de fato que evidencie atraso injustificado ou desídia atribuível ao Poder Judiciário.

Destaco, por derradeiro, que em consulta ao site do eg. Tribunal de origem, constatei que a audiência, marcada para 20/11/2019, também não se encerrou, em razão da ausência das testemunhas de acusação, todavia, não se afigura, ainda, o tempo para conclusão da instrução, como desarrazoado a ponto de configurar o constrangimento ilegal suscitado.

Diante de tais considerações, portanto, não se vislumbra a existência de qualquer flagrante ilegalidade passível de ser sanada pela concessão da ordem, ainda que de ofício.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso ordinário. Expeça-se, contudo, recomendação ao Juízo de primeira instância para que imprima celeridade na condução do feito.

P. I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator